



O LOBBY NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA 4.0: A CIÊNCIA POLÍTICA ENQUANTO INSTRUMENTAL ANALÍTICO PARA AVALIAÇÃO DE RISCOS POLÍTICOS

Luiz Fernando Nunes Moraes, Audren Azolin, Diogo Tavares de Miranda Ferreira, Hélio Rubens de Godoy Lechinewski *

Palavras-chaves: *Lobby*. Inteligência Política. Democracia 4.0. Risco Político.

RESUMO

Este trabalho traz uma reflexão a partir dos resultados de uma pesquisa mais ampla, de cunho empírico, orientada teoricamente por estudos que tratam, de forma direta e indireta, da profissionalização da representação de interesse no Brasil (objeto). Tomando emprestado o objeto dessa pesquisa mais ampla, este trabalho destina-se ao esclarecimento de como a Ciência Política associada à Tecnologia da Informação (TI), tem se transformado em uma abordagem (metodológica) analítica importante para a profissionalização (qualificação profissional) dos que atuam no mercado de representação de interesse no Brasil. Tomou-se como exemplo, a capacidade analítica para avaliação de risco político. Argumentamos que essa nova realidade corresponde ao que se tem chamado de Democracia 4.0, rótulo que se insere no que entendemos por Democracia Digital (também é denominada de e-democracia, democracia eletrônica e ciberdemocracia). Estas expressões se definem: 1) pelo uso das tecnologias digitais, via internet, para o aprofundamento da democracia (acesso à informação, participação política etc.) e 2) por um campo de estudo destinado às pesquisas sobre a relação entre tecnologia da comunicação e democracia (SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016). A democracia 4.0 é uma referência à Quarta Revolução Industrial, designa o uso estratégico de informação política pelo mundo corporativo para minimizar (ou evitar) riscos políticos e identificar oportunidades de negócio. De forma sintética, enquanto a democracia digital foca na participação cidadã, a democracia 4.0 faz referência à ação política do empresariado para melhorar o ambiente de negócio. Isso se dá, a partir do processamento de grande quantidade de dados (*Big Date*) governamentais disponíveis, acessados democraticamente via tecnologias da informação. Isso é possível porque os sistemas de inteligência artificial trabalham com algoritmos avançados e sistemas computacionais com capacidade de armazenamento de grande volume de dados processados em alta velocidade. As máquinas processam milhares de variáveis de forma simultânea, que possibilita traçar centenas de cenários futuros. Como essa tecnologia baseada na inteligência artificial, a partir de um volume enorme de dados processados, torna-se ferramenta útil para as estratégias de negócio? Um dos grandes exemplos é a utilização de informações do processo de decisão política disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados, com a finalidade de realizar *lobby*. Para efeito deste trabalho, *lobby* não se resume a uma etapa final da representação de interesse que se destina a ação direta para influenciar os tomadores de decisão. Entende-se *lobby* na perspectiva de Oliveira (2004, p. 12): como um conjunto de atividades multifacetadas que inclui, por exemplo, atividades de monitoramento legislativo, monitoramento político para avaliação de risco político, passando por estratégias de abertura de canais de diálogo junto ao Estado, até a ação direta sobre os tomadores de decisão. Assim, *lobby* é um processo. Mas como a Ciência

*Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mails: luiz_fernand@hotmail.com; audren_azolin@hotmail.com; diogo_2712@outlook.com; hrgodoy@gmail.com



Política se relaciona com tudo isso? Essa pergunta pede um complemento de fundo epistemológico: de qual Ciência Política se está falando? A Ciência Política aqui designada é a de análise “politológica”, que coloca como variável explicativa as instituições políticas. Entendendo, assim, a política como um mundo autorregulado. Isso não significa um uso exclusivo desse tipo de análise, mas a tem como promissora, ganhando espaço no mundo corporativo. Para compreendermos melhor a aplicabilidade dessa abordagem epistemológica da Ciência Política, é relevante saber o que seja risco político:

As organizações, ao entrarem em contato com novas situações políticas e, muitas delas, consideradas instáveis, sentiram cada vez mais a necessidade de uma compreensão do fenômeno da instabilidade política e como ela afetava, diretamente ou indiretamente, os negócios. Assim, as primeiras definições surgidas no escopo do risco político, o identificavam exclusivamente como um risco “não econômico” (Meyer 85) (ROEDEL, 2017, p. 37).

A política (e o comportamento político) é entendida, nos dias de hoje, como uma variável que tem forte impacto na economia (mercado). Essa relação causal entre política-institucional e economia (mercado) motiva e justifica a ação lobista dentro do que chamamos aqui de democracia 4.0. Tem-se construído uma aproximação entre conhecimentos da Ciência Política e da Tecnologia da Informação, o que podemos observar no artigo com um título bastante sugestivo, “Estratégias Políticas Baseadas em Dados: uma proposta para aumento da eficácia nas negociações”:

A organização dos dados legislativos permite *insights* que podem oferecer vantagem competitiva em um ambiente de recursos cada vez mais escassos. O mapeamento consiste em uma visualização em rede que indica quais são os grupos de deputados federais que se organizam nas votações no plenário e se eles estão sobre influência do governo ou da oposição dada uma matéria legislativa. Este é um dos exemplos do que a tecnologia aplicada à um grande volume de dados pode fazer (OLIVEIRA; ERVOLINO, 2017, p. 42).

Os dados são imprescindíveis para as estratégias de *lobby*. Isso porque,

Uma estratégia eficaz de negociação é quando se consegue influenciar, democraticamente, na formulação de políticas. Para tanto, uma parte desta estratégia consiste em acompanhar o surgimento e monitorar a tramitação das proposições, além de saber quem, como atuam e quais são as redes dos parlamentares de uma determinada casa legislativa (OLIVEIRA; ERVOLINO, 2017, p. 43).

É importante destacar dois momentos de levantamento de dados estratégicos junto à Câmara dos Deputados e do Senado Federal: 1) o acompanhamento do surgimento de proposições legislativas e 2) o monitoramento das proposições legislativas no processo legislativo e decisório. Em sua tese de doutorado, “Lobby e Representação de Interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil”, Andréa Cristina de Jesus Oliveira nos esclareceu a importância do acompanhamento do surgimento de proposições legislativas: “O monitoramento legislativo é muito importante e, portanto, permanente. É através do monitoramento legislativo que se pode identificar projetos de lei que signifiquem riscos ou oportunidades para o empresariado industrial” (OLIVEIRA, 2004, p. 123). Atualmente vemos a utilização da inteligência artificial para monitorar a apresentação de proposições legislativas para identificação das proposições com potenciais impactos negativos e/ou positivos nos negócios. Outro levantamento de dados estratégico é o monitoramento da tramitação das proposições legislativas. Este acompanhamento é seguido do levantamento de dados sobre as decisões políticas tomadas pelos parlamentares. Essa análise chama-se de monitoramento político:



O monitoramento político consiste no mapeamento dos tomadores de decisão nos poderes Legislativo e Executivo. É necessário saber quem são ou não são os aliados dos interesses da empresa em determinados assuntos, quais são as lideranças políticas mais atuantes no Congresso Nacional e as pessoas que ocupam papéis-chave no governo (OLIVEIRA, 2004, p. 104).

O monitoramento político é importante também para identificar a elite parlamentar. Para isso, há dois métodos tradicionais da Ciência Política. O “método posicional” (CODATO, 2015), que identifica os parlamentares que ocupam cargos formais na estrutura de poder da Câmara dos Deputados e do Senado. Contudo, é possível identificar parlamentares que mesmo não ocupando cargos de poder na estrutura parlamentar, conseguem ter grande parte de suas proposições legislativas aprovadas. Esta identificação se dá pelo “método decisional” (CODATO, 2015). A partir do que foi exposto até aqui, questiona-se: como o levantamento e processamento desses dados são importantes para as estratégias de negócio? Através da criação de um sistema de monitoramento de votações é possível: identificar a elite parlamentar via decisão política, identificar o surgimento de novos parlamentares com poder de decisão, o grau de disciplina partidária, grupos de parlamentares que com votações convergentes, grau da coalizão, avaliação do desempenho político-institucional do governo e de parlamentares, identificação de aliados e não aliados (parlamentares e partidos) e índice de Adesão ao Governo por parlamentar e por partido. De forma mais ampla, o empresariado visa analisar o comportamento dos parlamentares no processo de decisão política para identificar quem tem de fato poder de decisão, bem como, se está alinhado ou não aos interesses da empresa ou do empresariado como um todo. Assim, é possível criar canais de interlocução com os parlamentares da elite parlamentar que estão alinhados. Outra análise importante é investigar se o ambiente político-institucional favorece ou desfavorece o seu negócio. É uma forma de antecipar cenários futuros para identificação de riscos ou oportunidades. Em outras palavras: avaliar se o ambiente político-institucional exige uma estratégia para “apagar incêndios” (riscos políticos) ou se estamos frente a um ambiente de oportunidades para os negócios. Os conhecimentos próprios da Ciência Política e da Tecnologias da Informação exprimem uma parceria já utilizada por empresas de consultoria política. O produto dessa parceria tem possibilitado às consultorias políticas o desenvolvimento de atividades sofisticadas de inteligência política para identificação e antecipação de riscos políticos. O objetivo é o de antecipar possíveis cenários futuros. Por fim podemos colocar que essa parceria é um fator de competitividade.

REFERÊNCIAS

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 15-32.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. **Lobby e representação de interesses**: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Danilo; ERVOLINO, Ivan. Estratégias políticas baseadas em dados: uma proposta para aumento da eficácia nas negociações. **Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais**, Brasília, ano I, n. 2, p. 42-44, fev. 2017. Disponível em: <<https://abrig.org.br/2a-edicao-revista-brasileira-de-relacoes-institucionais-e-governamentais>>. Acesso em: 05 jul. 2019.



ROEDEL, Cezar C. Risco político. **Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais**, Brasília, ano 1, n. 2, p. 36-37, fev. 2017. Disponível em: <<https://abrig.org.br/2a-edicao-revista-brasileira-de-relacoes-institucionais-e-governamentais>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SILVA, Sivaldo Pereira da; SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATTO, Rachel Callai. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: _____. (Orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. p. 17-39.